

■ Visualização de Recursos, Contrarrazões e Decisões

RECURSO :

ILUSTRÍSSIMO SENHOR PREGOEIRO DA COMISSÃO DE LICITAÇÃO DESIGNADA PARA O PREGÃO ELETRÔNICO SRP nº 122/2021 DA DIRETORIA DE ADMINISTRAÇÃO – PREFEITURA DE NOVA FRIBURGO

A empresa MMX RIO SULÇÕES AMBIENTAIS LTDA, domiciliada na Rua General Etchegoyen, 79 – Parque Columbia – RJ, sob CNPJ nº 14.108.596/0001-52, tendo por seu representante legal o Sr. Mônica Martins, vem perante vós, respeitosamente, interpor:

RECURSO ADMINISTRATIVO

Contra a decisão da Administração, na qual aceita e habilita a proposta da empresa SENHOR DOS CUPINS, CNPJ 28.470.673/0001-24 no procedimento licitatório em comento, desconsiderando os vícios que frustraram a licitação, no qual serão identificados no decorrer deste Recurso.

OBJETO: Registro de preços para futura e eventual contratação de empresa especializada em serviços de DETETIZAÇÃO, para atender as necessidades da Secretaria Municipal de Saúde, pelo período de 12 (doze) meses.

Ilustríssimo,

Trata a presente peça de Recurso Administrativo pertinente ao Pregão eletrônico nº 122/2021, baseada no que proclama a Lei nº 9.784/99 Artigo 56 §1º, bem como na forma do artigo 109 da Lei 8.666/93, requerendo para tanto sua apreciação, julgamento e admissão, conforme passa a expor.

Delinearemos ao longo deste instrumento os fatos que levaram a este recurso, para a vossa análise e posterior parecer.

DOS FATOS:

1- Após tornar-se público o Ato Convocatório em epígrafe, manifestamos nosso interesse na participação do Processo, cadastramos nossa proposta de preços atendendo às condições gerais constantes no Edital em epígrafe, com o objetivo de arrematar o objeto licitado, p.or se tratar de um serviço compatível com nosso ramo de fornecimento, bem como de ofertar a proposta mais vantajosa para a Administração visando o pleno atendimento e qualidade dos serviços.

2- No entanto, ainda que em meio a inúmeras contradições, em relação a apresentação dos lances durante a sessão pública, ITEM 9.2.1. e 12.7. – MENOR PREÇO UNITÁRIO POR ITEM e ITEM 11.5. MENOR PREÇO GLOBAL, o pregão ocorreu.

3 - Seguindo a linha de raciocínio, o cadastramento da proposta da maioria dos licitantes (mais especificamente 04 dentre os 05 licitantes cadastrados) foi feito em conformidade com o item 11.5. do Edital registrando nos campos específicos, valor Total do item, apenas um licitante cadastrou o item conforme os itens 9.2.1. e 12.7 a sua proposta com o valor unitário, visto que o item 11.5 do Ato Convocatório se refere ao julgamento por MENOR PREÇO GLOBAL e os itens 9.2.1 e 12.7 e ao qual se refere o VALOR UNITÁRIO.

4 - Há discordância quanto a isto, visto que, 4 empresas cadastraram o valor global e 1 o valor unitário. Neste caso quem cadastrou erroneamente, visto que o edital continha vícios que não foram sanados, nem antes, nem durante e só foi constatado depois da fase de lances.

5 - Desta forma, no início do certame, momento da abertura de propostas para lances, devido à disparidade de preços, a mesma deveria ter sido desclassificada, evitando assim a indução dos demais licitantes ao erro, em razão da vinculação ao Instrumento Convocatório, cujo item 11.2 do Edital assim o prevê: "O pregoeiro verificará as propostas apresentadas e desclassificará, motivadamente, aquelas que não estejam em conformidade com os requisitos estabelecidos neste edital. Porém qual proposta estava em desconformidade com edital?

6 - Atitude esta não executada pelo Sr. Pregoeiro, abstendo-se do fato e dando continuidade ao certame, abrindo a fase de lances.

7 - A disputa foi frustrada a partir do momento em que houve a aceitação de preços distintos e bastante díspares entre si.

Ou seja, uma empresa cadastrou-se com o valor unitário do item, outra empresa deu seu lance seguindo a proposta da licitante que cadastrou sua proposta com o valor unitário e as demais até deram lances, porém permaneceram resabiadas e inibidas em dar seus melhores lances devido à grande diferença de valores

8 - Encerrou-se assim a fase de lances, com os preços prejudicados, havendo o prejuízo das ofertas em virtude do vício existente.

9 - Foram convocadas as empresas e constatou o erro que havia no edital, e sendo assim a comissão de reuniu e achou melhor seguir o certame de uma forma que não está descrita em edital. Foi desclassificada a primeira e a segunda colocada que lançaram seus preços no valor unitário, sendo chamada a Terceira colocada que lançou o item com o menor preço global, e caso está viesse a ser desclassificada, o pregoeiro retornaria à licitação chamando a primeira colocada novamente.

10 - Ao consentir e dar sequência ao certame o Sr. Pregoeiro torna o vício insanável, visto que as melhores ofertas não foram apresentadas e como falado anteriormente o resultado foi prejudicado, pois conforme informado

anteriormente, viu-se que os licitantes ficaram ressabiados em dar os lances e serem desclassificados, conforme ocorreu com a proposta da empresa DEDETEC, que deu o lance de 25.000,00 (Vinte e cinco mil reais), porém teve sua proposta desclassificada mesmo tendo o valor menor, caso o item fosse julgado por menor preço unitário, visto que no meu ponto de vista o valor de R\$ 25.000,00 (Vinte e cinco mil reais) é menor que o valor de R\$ 216.000,00 (duzentos e dezesseis mil reais).

11 - Com o argumento de privilegiar a melhor proposta, que segundo o Sr. Pregoeiro seria a proposta de 216.000,00 (duzentos e dezesseis mil reais) visto que dividida por 12 meses daria o valor de R\$ 18.000,00 (dezoito mil reais), e ao criar uma "manutenção de ordem de classificação", nunca se vista anteriormente em outro Processo licitatório que prosperasse, o Sr. Pregoeiro fere o princípio de isonomia e vicia ainda mais o Processo.

12 - Não é possível considerar que há erro material e passível de ser corrigido a qualquer tempo, quando não se trata de mero ajuste do dispositivo da sentença que poderia ter sido feito tempestivamente na fase de lances, solicitando aos licitantes o adequamento de todos os itens da proposta ao valor mensal, até porque como o edital continha vícios, no intuito de não prejudicar todos os licitantes, trata-se sim de uma verdadeira alteração ou ampliação do conteúdo decisório com a respectiva extensão dos efeitos da coisa julgada, proporcionando claramente o favorecimento à empresa SENHOR DOS CUPINS, que também correu o risco de perder a licitação, caso a comissão opta-se por aceitar o menor valor unitário. Que no caso é o que foi aceito, visto que a própria administração em chat, chamou a proposta da empresa SENHOR DOS CUPINS, por esta com o preço de R\$ 18.000,00 (Dezoito mil) mesmo tendo apresentado nos lances o valor de R\$ 216.000,00 (Duzentos e dezesseis mil).

13 - O Princípio da vinculação ao instrumento convocatório, trata-se, na verdade, de princípio inerente a toda licitação e que evita descumprimentos das normas do edital e de outros princípios fundamentais tais como o da transparência, da igualdade, da impessoalidade, da publicidade, da moralidade, da probidade administrativa e do julgamento objetivo.

Nesse sentido, vale citar a lição de Maria Sylvia Zanella Di Pietro:

Trata-se de princípio essencial cuja inobservância enseja nulidade do procedimento. Além de mencionado no art. 3º da Lei nº 8.666/93, ainda tem seu sentido explicitado, segundo o qual "a Administração não pode descumprir as normas e condições do edital, ao qual se acha estritamente vinculada". E o artigo 43, inciso V, ainda exige que o julgamento e classificação das propostas se façam de acordo com os critérios de avaliação constantes do edital. O princípio dirige-se tanto à Administração, como se verifica pelos artigos citados, como aos licitantes, pois estes não podem deixar de atender aos requisitos do instrumento convocatório (edital ou carta-convite); se deixarem de apresentar a documentação exigida, serão considerados inabilitados e receberão de volta, fechado, o envelope-proposta (art. 43, inciso II); se deixarem de atender as exigências concernentes a proposta, serão desclassificados (artigo 48, inciso I).

É o que posiciona a jurisprudência do STJ:

"A Administração Pública não pode descumprir as normas legais, tampouco as condições editalícias, tendo em vista o princípio da vinculação ao instrumento convocatório (Lei 8.666/93, art.41) REsp nº 797.179/MT, 1ª T., rel. Min. Denise Arruda, j. em 19.10.2006, DJ de 07.11.2006)" "Consoante dispõe o art. 41 da Lei 8.666/93, a Administração encontra-se estritamente vinculada ao edital de licitação, não podendo descumprir as normas e condições dele constantes. É o instrumento convocatório que dá validade aos atos administrativos praticados no curso da licitação, de modo que o descumprimento às suas regras deverá ser reprimido. (MS nº 13.005/DF, 1ª S., rel. Min. Denise Arruda, j. em 10.10.2007, DJe de 17.11.2008)."

14 - O vício de forma consiste na omissão ou na observância incompleta ou irregular de formalidades indispensáveis à existência ou seriedade do ato. Baseia-se, portanto, em razões de ilegitimidade ou ilegalidade.

15 - Desde que a Administração reconheça que praticou um ato contrário ao direito vigente, cumpre-lhe anulá-lo o quanto antes, para restabelecer a legalidade administrativa.

16 - Como a desconformidade com a lei atinge o ato em sua própria origem, a anulação produz efeitos retroativos à data em que foi emitido (efeitos ex tunc, ou seja, a partir do momento de sua edição).

17 - A anulação pode ser feita tanto pelo Poder Judiciário, como pela Administração Pública, com base no seu poder de autotutela sobre os próprios atos, de acordo com entendimento já consagrado pelo Supremo Tribunal Federal por meio das Súmulas transcritas a seguir:

Súmula 346: "A Administração Pública pode anular seus próprios atos".

Súmula 473: "A Administração pode anular seus próprios atos, quando eivados de vícios que os tornem ilegais, porque deles não se originam direitos, ou revogá-los, por motivo de conveniência ou oportunidade, respeitados os direitos adquiridos e ressalvada, em todos os casos, a apreciação judicial".

18 - É oportuna a observância da Jurisprudência rechaçada através do Acórdão nº 834/2015 – TCU Plenário, onde ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão do Plenário, ante as razões expostas pelo Relator, com fulcro no art. 71, inciso IX, da Constituição Federal de 1988, c/c art. 45, caput, da Lei 8.443/1992, para que envolvida adote as providências necessárias no sentido de anular a fase de lances do pregão eletrônico 174/2014-AC, bem como os atos subsequentes.

PEDIDO DE MÉRITO:

Em face do exposto, considerando todos os fatos errôneos e falhas insanáveis, a suplicante requer por direito, que seja deferido o presente, restaurando a legalidade do Processo, pleiteada nos seguintes termos:

Seja declarado nulo – ou declarada a anulação – da decisão da Comissão de Pregão, no que tange a aceitação da proposta /habilitação da empresa SENHOR DOS CUPINS, restabelecendo a fase de lances, possibilitando a todos que deem seus lances com o valor unitário da proposta, dando continuidade na disputa de preços com a proposta mais vantajosa para a Administração. Caso não seja possível, não há outra forma de reversão, senão a REVOGAÇÃO DESTE PROCESSO LICITATÓRIO, em decorrência da falha insanáveis apontadas nesta Peça de Direito Jurídico.

A REVOGAÇÃO DO PROCESSO se faz necessária para a reavaliação do ato em razão da identificação de vício na condução do certame, em total afronta a diversos princípios licitatórios, principalmente os da vantajosidade e competitividade, ao art. 4º, inciso XVII, da Lei 10.520/2002, ao art. 24, §§ 3º, 8º e 9º, do Decreto 5.450/2005, e à jurisprudência do TCU (Acórdãos 992 e 2.977/2012, ambos do Plenário), quando da anulação dos atos eivados de vícios propostos pelo Sr. Pregoeiro, se prossiga com nova publicação onde os termos sejam promulgados de forma clara e objetiva.

Assim se decidindo, além de se dar devida proteção ao direito líquido e certo da impetrante, estar-se-á praticando relevante tributo à moralização das ações Administrativas Públicas, já que há uma ligação necessária entre a legalidade e a moralidade.

Em caso remoto de não prosperar nesta instância, que seja encaminhado o presente Recurso Administrativo à autoridade Superior Hierárquica, para análise e parecer.

Nestes Termos pedimos justiça,

Rio de Janeiro, 03 de agosto de 2022.

Mônica Martins
Sócio Administrador

Fechar